

# **ETNI-CIDADE: ELEMENTOS TEORICOS PARA A INTERPRETAÇÃO DA EXPERIÊNCIA ÉTNICA NA CIDADE LATINO-AMERICANA**

**Por: Luz Stella Rodríguez Cáceres**

## **I. Introdução**

A etnicidade e a sua relação com o espaço abrem um leque de possibilidades de pesquisas. Este trabalho, antes que se centrar em experiências empíricas ao respeito, pretende ser uma introdução teórica para o análise do papel da etnicidade no espaço urbano e a reflexão sobre como as pertenças étnicos- raciais interferem na construção da cidade a partir das suas praticas culturais e lutas políticas. De outro lado, se quiere aqui mostrar as potencialidades oferecidas por este campo para a geografia latino-americana.

No contexto urbano de America do Sul a relação etnia- espaço tem sido pouco estudada, e as suas particularidades clamam por analise. Como formas de expressão política, as etnicidades reivindicam a pertença a um lugar e se organizam na busca da legalização ou delimitação de territórios, tendência que já não se restringe às áreas rurais. A luta pela legitimação e titularidade dos espaços habitados se converte num dos elementos definidores das etnicidades contemporâneas na América Latina e lhes confere o caráter de movimento social. O espaço como categoria de análise, tem sido negligenciado nos estudos da etnicidade, representa uma potencialidade para a geografia.

Para atender a esse objetivo, esta reflexão parte da revisão das definições do conceito etnicidade. Na seguinte parte o texto trata da relação entre etnicidade e espaço, explorando as possibilidades de pesquisa em duas escalas: de um lado, a etnicidade que se desenvolve em função do espaço, já que muitos são os casos onde o território passa a ser um fator qualificador essencial do fenômeno étnico no

contexto social da América Latina; por outro lado, o grupo étnico com suas características e limites induzem a pensar sobre o papel da etnicidade na estruturação das cidades e em renovados tipos de segmentação espacial. Isto nos leva a pensar em como as identidades são produzidas pela cidade e as suas políticas, e em como são negociadas a partir de velhos espaços renovados na atividade política.

De maneira geral, poderia se pensar que o tema pertence ao âmbito da geografia cultural, embora seja necessário ressaltar que aqui não se recorre a uma noção despolitizada de cultura, pois nesse marco se enfrentam questões de forte cunho político que põem abaixo a diferenciação entre geografia cultural e geografia como o direito à diferença e ao desenvolvimento geográfico desigual, o reconhecimento de direitos sociais, econômicos e culturais e em muitos casos o próprio direito à cidadania.

As possibilidades de pesquisa que serão expostas evidenciam o caráter político da cultura, o qual implica uma revisão do próprio conceito de cultura para descartá-la como objeto autônomo ou reificado e assumi-la em termos de Clifford Geertz (1973) como um contexto para a interação social.

Finalmente outra das razões para pelas quais é necessário rever o conceito de cultura é porque de acordo com Frederik Barth (1995), a cultura é a base a partir da qual emergem os grupos étnicos; a sua revisão é requerida porque muitas das características que erroneamente têm sido atribuídas à cultura, são aplicadas à etnicidade. Nesse sentido, Thomas Eriksen (1993), têm proposto um afastamento definitivo das concepções que interpretam a cultura como uma entidade fixa ou monolítica e invariável.

## **II. O Conceito de Etnicidade**

Pelos seus antecedentes na tradição africanista, o conceito de etnia foi considerado por alguns pesquisadores como comprometido na sua eficácia, pois

guardaria uma cumplicidade com a situação colonial. Haveria muito mais dinamismo nas sociedades do que propõe o conceito de etnia, forjado na administração colonial e manipulado segundo o arbítrio e interesse dos colonizadores. De acordo com essa crítica, as designações étnicas herdeiras da experiência colonial não seriam mais do que ficções construídas pelo olhar colonizador, produto de uma visão acomodada para manipular conforme os interesses das potências colonizadoras, incapazes de identificar expansões, desconstruções e transformações. A antropologia social de influência anglo-saxônica tendeu nestes contextos a identificar sistemas sociais estáveis como etnias, através de procedimentos de pesquisa que consideraram prioritariamente a dimensão sincrônica em detrimento da dimensão diacrônica das sociedades (Amselle, 1999).

Uma contrapartida interessante ao conceito de etnia se vislumbra em 1969 (1995), com o trabalho de Barth e a apreensão da etnia como uma forma particular de organização social das diferenças culturais. Barth começou por se perguntar sobre a permanência de grupos étnicos específicos enquanto base persistente de uma ordem social particular, a pesar do contínuo fluxo de pessoas através de suas fronteiras. Barth foi o primeiro autor a liberar a etnicidade da prisão cultural, e por isto manifestou-se contra qualquer retificação conceitual que assumisse a etnicidade como uma propriedade cultural dos grupos sociais.

É um grande erro pensar que os grupos étnicos se formam com base numa cultura comum; uma etnia não é uma unidade cultural definida, embora a sua formação tenha como base as diferenças culturais. Os rasgos culturais sempre serão variáveis, e nunca permanentes. Uma consequência redutora de assumir a relação etnia - cultura como indissociável é pensar que em função da permanência do grupo étnico, a cultura é fixa e invariável, e que um indígena, no exemplo apresentado por Barth (1995), perderia a sua identidade se for à universidade ou adquirisse outros traços culturais e materiais.

Um segundo desdobramento da má definição do conceito de etnicidade é o mito da homogeneidade cultural no interior do grupo étnico; algo do tipo “*nós*” da

*identidade minoritária temos tantas diferenças em relação a “eles” dominantes em termos de atitudes, valores, que devemos ser semelhantes entre nós e compartilhar a mesma cultura”* (Bateson, 1995: 7). O grupo étnico está cheio de ambigüidades. No seu interior há mobilidade e segmentação social que, ao representar certa “infidelidade étnica”, têm sido subestimados como objetos de pesquisa.

O cultural, como um grande fluxo descontínuo com tendência a se transbordar, teria como papel servir de base aos grupos étnicos a partir da seleção de alguns ícones contrastantes, mas não seria uma referência real da diversidade cultural. No entanto é necessário ter precaução com afirmações a respeito ao caráter construtivo das identidades étnicas. Embora apareçam como invenções, elas não são certamente arbitrárias e existem causas históricas que limitam o leque das opções para a construção intencional das identidades e suas formas culturais (Peel, apud Eriksen 1993).

De acordo com Nathal Glazer (1975), a etnicidade concebida como um contínuo natural entre cultura, sociedade, espaço e indivíduo é uma noção obsoleta que já não se justifica. Esse tipo de concepção associa etnicidade a situações tribais e a separatismos que ameaçam a unidade do Estado. Um grupo étnico não é a soma total dos indivíduos independentes, e a sua cultura não é a soma total das estratégias adotadas por cada um deles. A etnia é antes de tudo instável e imprecisa na sua definição de conteúdo e limites. Akhil Gupta e James Ferguson (2000: 35) afirmam que os povos sempre foram mais móveis e as identidades menos fixas do que as abordagens estáticas e tipologizantes das ciências sociais, que têm cristalizado e fixado o conceito no seu afã de definição. A etnicidade é maleável e negociada; como qualquer identidade é um processo em andamento, que persiste apesar de ser hostilizada pelos teóricos, ou manipulada por políticos que pretendem tirar vantagem em momentos de incerteza. Para David Maybury Lewis e Barth (1995) muitos dos conflitos de caráter étnico são provocados pelos chamados “empresários étnicos” que usufruem dos jogos de poder.

Nessa medida, a etnicidade não se define como uma condição primordial nem estática, mas se transforma com o passar do tempo e encarna uma relação negociável com os outros grupos e com o Estado. De fato, é com o Estado que a etnia, como origem de muitas nações, se enfrenta. O modelo do Estado-Nação foi organizado com base num grupo étnico dominante enquanto outros ficaram subordinados à espera da representação dos seus próprios interesses. Identidades religiosas, lingüísticas e raciais foram submersas numa identidade nacional e tornaram-se étnicas com a reivindicação de reconhecimento político. E a tensão é inevitável na medida em que cada Estado tenta reduzir a intensidade das reivindicações étnicas. O Estado exige lealdade e as reivindicações concorrem com a dita lealdade. Exemplos da fragilidade do Estado – Nação se vêem nos modelos consolidados como na Espanha com a nação catalã e basca, na comunidade francófona no Canadá, na Alemanha com os seus trabalhadores hospedes de origem turca e em países de América Latina com grupos indígenas e, recentemente, com comunidades afro-descendentes.

A etnia, de acordo com o contexto, pode se equiparar a pertencimentos religiosos, lingüísticas ou raciais, mas o que há de fundamental na etnia é o estabelecimento de relações e intercâmbios com outros grupos e com a sociedade maior, no caso das minorias dentro do Estado. Como tem sido ilustrado pelo antropólogo Gregory Bateson, uma mão precisa da outra para gerar um aplauso. Um grupo étnico isolado seria o som de uma mão batendo sozinha. Segundo Abner Cohen (1974) a etnicidade é essencialmente uma forma de interação entre grupos culturais que agem num contexto comum ou num espaço conectado. Assim, o termo etnicidade teria pouca utilidade se fosse usado para denotar diferenças culturais de sociedades isoladas, regiões autônomas ou populações independentes. Como forma de organização social característica, é a auto-atribuição que cumpre um papel decisivo na sua conformação, quer dizer, o uso de categorias para se auto-classificar e ser reconhecido pelos outros em termos de sua identidade básica e de pertencimento (Barth, 1969).

É por causa dos contatos com outros grupos que alguns autores concordam com a necessidade de abordar os fenômenos étnicos sob perspectiva contextual, relacional e situacional, onde não há lugar para generalizações (Eriksen, 1991 e 1993, Mitchel 1956, Cohen, 1974).

Barth ocupa um lugar preeminente na compreensão da etnicidade por ter introduzido o conceito de fronteira e substituído com este às diferenças culturais e raciais como definidoras do grupo étnico. Embora a sua concepção não contemple as relações inter-étnicas em contextos modernos, nem em sociedades industrializadas onde a etnicidade desempenha um importante papel de mobilização sócio-política. A contribuição de Barth para o estudo da etnicidade é só o primeiro passo para o análise de sociedades complexas como EUA e América Latina.

Desde este enfoque a etnicidade não é um dado imutável, senão uma propriedade emergente de relações historicamente condicionadas onde confluem fatores tão dissimiles como o domínio colonial, os processos de escolarização, a penetração do mercado, a urbanização, a migração e as lutas de classe.

Enquanto conceito, etnicidade tem que ser analisado como produto de condições históricas precisas, já que a diferença não é dada, e sim produzida a partir das práticas e políticas da desigualdade. As diferenças, além de se caracterizarem como legados históricos, são reproduzidas e sustentadas mediante processos políticos e econômicos (David Harvey, 2000; Eriksen, 1991 e 1993).

Com a intenção de exorcizar exotismos, cada vez mais autores sugerem abordar a etnicidade como um produto da modernidade. Para Cohen (apud Eriksen 1991) a formação de identidades étnicas socialmente organizadas depende de situações de rápidas mudanças promovidas pelo impacto do mundo moderno, enquanto para Eriksen (1993), a etnicidade, deve ser estudada como contraste identitário, ou como organização política, tem que ser vista em sua relação com os processos de globalização modernidade, mas isso não significa que ela seja um produto do capitalismo, do Estado ou da mídia, apesar de suas

expressões serem condicionadas por esses parâmetros. Em outras palavras, a etnicidade não precede a modernidade, assim como o nacionalismo – conceito primo – não precede a criação do Estado-Nação.

### **III. Etnicidade no contexto urbano**

A atual complexidade das sociedades torna necessária, mais do que nunca, a abordagem situacional das culturas e das identidades como um modo de compreensão das lógicas usadas pelos indivíduos. É na cidade onde a dimensão relacional de múltiplas culturas resulta mais evidente. Michel Agier (2001) considera que ao multiplicar os encontros dos indivíduos que levam consigo as suas origens regionais, seus pertencimentos sociais e seus laços familiares e comunitários, os espaços urbanos potencializam os fatores de correlação e reforço dos processos identitários. A produção das diferenças se dá em espaços conectados, antes que em lugares isolados. A cidade obriga à confrontação no mesmo espaço, e dá conta dos mecanismos que operam na identificação de si mesmo e do outro. De outro lado, o manejo cotidiano da diferença participa da produção de espaços urbanos num vai e vêem entre identificação e território (Hoffman et all. 2007).

A presença de grupos étnicos nas cidades não é novidade, pelo contrário, a sua relação com o meio urbano tem uma longa história. De fato, na América Latina uma revisão da história mostra que desde a colônia e durante a conformação republicana tem existido certo tipo de geografia racial que distribuiu e confinou em espaços definidos as pessoas de acordo a sua procedência étnica e racial (Rolnik, 1989; Guss, 2006, Zambrano, 1994). A etnicidade urbana tem chamado a atenção das ciências sociais na América Latina recentemente, enquanto este já é um campo muito mais explorado nos países do primeiro mundo, especialmente a partir das ondas de migração para Europa e Estados Unidos que acompanharam os processos de descolonização da África e Ásia e a expansão do capitalismo na pós-guerra.

As migrações levaram para o primeiro mundo traços culturais exóticos que se mostraram como elementos conspícuos para pensar a cidade multicultural. Igrejas, restaurantes, mercados, feiras e até *shopping center*, entre outras estruturas, chamaram a atenção como elementos modeladores da cidade. A migração gerou preocupações acadêmicas que iam além das questões típicas das ciências sociais como as de classe e renda; mas os encontros lingüísticos, religiosos e gastronômicos emergiram junto a problemas de desemprego, acesso à moradia e serviços como saúde e educação. Para as ciências sociais européias a alteridade, “o outro”, tinha deixado de estar distante para se situar no seio da própria sociedade.

A etnicidade nos contextos urbanos foi tardiamente investigada. Segundo o ponto de vista da geografia, isso aconteceu porque o cultural e o urbano só foram ter o seu primeiro encontro formal na década de oitenta. Isto como consequência da dupla negação que as escolas de pensamento encarnaram ao assumir as especificidades dos seus objetos. De acordo com Roberto Corrêa (2003), os especialistas urbanos, herdeiros de correntes positivistas, tenderam a rejeitar o “cultural”. Por não responder à lógica quantificadora, essa dimensão foi considerada irrelevante, pois era inútil para realizar predições. A alteridade cultural era vista como uma dimensão a ser superada ou dominada. Nessa ótica, os habitantes eram ignorados como produtores da cidade, e suas diferenças eram vistas como uma disfunção urbana. Cosgrove e Jackson (1987) têm enfatizado o fato dos estudos das culturas populares terem sido desprezados pela geografia tradicional, pois só com o surgimento de uma geografia radical cultural abriu-se um espaço para a sua abordagem.

Por outro lado, os especialistas em cultura, especialmente os vindos da tradição de Berkeley se formaram como pesquisadores anti-urbanos, privilegiando os estudos de cultura no âmbito rural, ou entre grupos primitivos. Sob este viés o urbano era lido como a desestruturação da vida rural, da tradição e da autêntica cultura, postura que lhes valeria as críticas dos positivistas e marxistas, pois o modelo social assim concebido terminou sendo um convite a imobilizar e estatizar



o social, negar a história e desconsiderar as dinâmicas impostas pelo capitalismo e os processos de modernização industrial e aceleração urbana (Corrêa, 2003).

Na antropologia os caminhos não foram muito diferentes. A cidade e suas dinâmicas ameaçavam a cultura “ideal”, base da antropologia cultural norte-americana que ancorava uma população a uma cultura, do mesmo modo que na noção alemã de povo *volksgeist*, resultado das relações entre *blut* e *botem* (sangue e território). As concepções teóricas clássicas abordaram a etnicidade de uma maneira muito restrita, tomando-a em pequena escala: grupos tribais isolados, de traços culturais contrastantes e ancestrais, com poucos empréstimos culturais e localizados em áreas rurais. Sob essa perspectiva, a cidade era o apocalipse da cultura. Os costumes, as tradições e a etnicidade estudada nos países de América Latina corresponderam inicialmente a grupos indígenas, com características culturais particulares como língua, religião e padrões tradicionais de subsistência; restritos a um território habitado ancestralmente e mantendo um elo entre linhagem, religião e ecologia que lhes definia a estrutura social. Esse enfoque deixou de fora das pesquisas grupos de indígenas que migraram para as cidades e contribuiu com o afastamento de grupos sociais que não ofereciam marcado contraste cultural, como negros, ciganos e migrantes europeus. Por outra parte, essa noção obsoleta de etnicidade contribuiu para negar caráter étnico às populações que por efeito da violência têm perdido os seus territórios, e que pelos impactos da vida moderna ou das dinâmicas internas têm modificado as suas tradições culturais.

A produção da etnicidade na cidade tem sido abordada por três grandes conjuntos de pesquisa: a Escola de Chicago que representa um importante antecedente sobre etnicidade na cidade (Kempen e Özüekren 1998), as pesquisas sobre Copperbelt realizadas pelo Instituto Rhodes-Livingston e a série de monografias sobre guetos negros nos Estados Unidos nos anos sessenta e setenta.

A Escola de Chicago foi o espaço para a produção de vários trabalhos acadêmicos num momento de apogeu econômico, crescimento urbano e de

chegada massiva de estrangeiros aos Estados Unidos. O debate sobre a identidade étnica e racial e as transformações da cidade nas suas formas estruturais e práticas culturais foram base para a formulação do conceito de gueto negro aportado por Wirth em 1928, o qual pressupõe a coerção. Sem o exercício da força, é mais acertado apelar ao conceito de enclave étnico, segundo o qual a reunião de um determinado grupo seria guiada por uma escolha, para se defender das práticas racistas, embora a ausência de gueto não signifique a ausência de segregação (Marcuse, 2005).

Chicago funcionou como cenário para o lançamento de categorias que distinguiam identidade étnica e identidade racial, sendo a primeira aplicada a migrantes italianos e alemães e a segunda para negros e asiáticos, que além das diferenças culturais denotavam traços físicos socialmente interpretados. A negociação da identidade nos lugares de chegada é um tema clássico nos estudos de migração, porque tanto nos EUA como na Europa a preocupação principal se focalizou nos processos de assimilação e integração (Kempen e Özüekren, 1998). A adaptação dos migrantes era interpretada em cinco etapas: estranhar, resistir, se adaptar, se integrar e se- assimilar. A etnicidade era um dado equivalente á cultura, origem e tradição, e guardaria o mesmo caráter residual e existiria em contraste com a modernidade.

Os estudos sobre guetos abordaram a etnicidade negra como o resultado do sistema de relações raciais e como forma nativa de vivenciar uma posição social subalterna. Porém, os conceitos próprios a esses estudos como segregação, concentração, gueto e enclave étnico tendem a estar associados a aspectos negativos, embora não falsos, como pobreza, discriminação, bandas juvenis, tráfico de drogas, desemprego, precariedade residencial. Inúmeros estudos continuam associando etnicidade com penúrias, porém a etnicidade não é uma condição necessária de privações e carência. De outro lado a segregação na grande cidade não funcionou perfeitamente e sempre se criaram espaços para a transgressão de classes, raças e gêneros.

Em todo caso, o modelo desenvolvido nos EUA não deve ser automaticamente aplicado a contextos como o latino-americano, pois pode nos levar a resultados inválidos, Doreen Massey (apud Kempen e Özüekren, 1998) tem advertido que os conceitos da Escola de Chicago não devem ser seguidos hoje em dia, pois mais do que recorrer à fixação de categorias, é necessário ampliar as pesquisas.

Para os pesquisadores da Copperbelt a etnicidade começa ser vista como um elemento da mudança social. O trabalho pioneiro sobre etnicidade na cidade mineira de Copperbelt, antiga Rodésia do Norte, hoje Zâmbia, feito por Mitchel em 1956 é um exemplo de análise onde o autor consegue demonstrar que a etnicidade urbana não é o pálido reflexo de uma etnicidade originária rural que, transplantada à cidade, conservaria uma continuidade cultural. Pelo contrário, a sua pesquisa ressalta como a dita etnicidade é uma criação urbana que serve como princípio de classificação social, que implica um re-ordenamento das relações e costumes e que não insinua continuísmo algum com o passado.

A partir da análise da dança *kalela*, Mitchel se remete ao espaço urbano como lugar onde se combinam fatores de migração e acesso ao mercado de trabalho. Um espaço de colonização europeia que guarda a memória das relações inter-étnicas anteriores à urbanização dos trabalhadores migrantes nos acampamentos de Copperbelt. Dessa maneira, a dança seria o resultado bastante contemporâneo da mistura desses fatores, onde os determinantes sociológicos da identificação diferem da criação cultural.

#### **IV. Migração**

No contexto da América Latina a experiência étnica urbana pode ser pensada a partir de duas grandes categorias. De um lado, os grupos que por diversas razões têm migrado; de outra parte os “originários” que se viram atingidos pelos processos de expansão urbana. Em ambos os casos, existem poucas pesquisas refletindo a respeito; a ausência de estes estudos responde à tradição

acadêmica construída por pesquisadores que, interessados em exotismos, privilegiaram as populações indígenas com territórios delimitados.

As migrações associadas à etnicidade assumem tanto uma dimensão interna como transnacional. No âmbito nacional, por exemplo, pessoas pertencentes a grupos étnicos saem dos seus territórios de maneira cíclica, temporária ou permanentemente perseguindo o acesso a serviços como saúde e educação, ou também buscando o aumento de ingressos mediante emprego, venda de artesanato ou prestação de serviços chamânicos ou de medicina tradicional (Muñoz, 1994). Porém, outra porcentagem chega às cidades por causa da violência rural e do deslocamento forçado (Molina, 2007).

Os indígenas das terras baixas, para citar um exemplo, são considerados por antonomásia grupos sociais ligados a um território (*placed-based*). Isto é como uma conexão ancestral com os seus territórios, delimitados por políticas nacionais depois de intensas lutas sociais. No geral esses indígenas são pensados como espacialmente estáticos e pertencentes a imensos territórios. A narrativa que conecta a identidade a um território fixo e a direitos territoriais têm sido fundadora dos movimentos sociais indígenas, e ao mesmo tempo tem sido reproduzida pelas agências internacionais de cooperação e de direitos humanos. Essa narrativa é também ratificada pelos esforços que priorizam a titulação territorial como passo chave na asseguaração dos direitos dos povos indígenas (Conkin e Grahmann, 1999 apud McSweeney e Jokisch, 2007).

De acordo com Hughes (2001 apud McSweeney e Jokisch, 2007) as cidades têm sido de significativa importância nas lutas pelos territórios, porque além das redes que têm se conformado para apoiar as reivindicações indígenas, para muitos líderes resulta mais conveniente se localizar na cidade para manter o contato com as autoridades nacionais, as instituições e as agências de cooperação.

Outros grupos de migrantes que se concentram nas cidades são aqueles deslocados de maneira forçada por causa de conflitos violentos que têm lugar nos

seus territórios, quase sempre usurpados das suas terras ancestrais. O desafio de estudar esse fenômeno como configuração da cidade e como negociação da identidade é que as estratégias de chegada empregadas por esse tipo migrantes se focalizam em resolver as necessidades de sobreviver num meio desconhecido ao qual chegam sem referências prévias, antes de se organizar e se pensar como membros de um mesmo grupo (Molina, 2007). A falta de território, a memória do mesmo proporciona uma base identitária. A “terra natal” e o mito do retorno são um referente simbólico unificador de grande poder, e podem ser o germe de novas espacialidades (Gupta e Ferguson, 2000).

Em algumas situações de violência, as pessoas podem se identificar como vítimas do conflito, antes que como pertencentes a um grupo étnico, e assim são encaminhadas as suas demandas ante as instituições do Estado, nas quais os elementos de violência e vulnerabilidade social se constituem nos fatores de identificação. Certamente a cidade tem sido remodelada com a chegada massiva destas pessoas. Bairros suburbanos crescem em meio à penúria, constituindo-se em autênticos espaços segregados do acesso a serviços pela mobilidade. Países como Colômbia, que apresentam situações de conflito permanente, oferecem esse panorama de pesquisa (Molina, 2007).

## **V. Etnicidade e Movimento Sócio-Espacial**

A análise da presença dos grupos “originários” nas cidades começa a ser desenvolvida e vários são os exemplos que existem. É possível que o adjetivo “originários” represente uma armadilha para a própria definição de grupo étnico, embora pareça útil para descrever situações de grupos sociais estabelecidos em locais distanciados do desenvolvimento urbano, ou em áreas que em princípio não representaram nenhum interesse para o capital imobiliário. A característica destes grupos é terem sido atingidos pelos processos de replanejamento urbano e valorização de espaços que acompanham a expansão e o crescimento urbano em favor das classes médias e altas. A escala temporal pode ir desde grupos pré-

colombianos até grupos estabelecidos durante o período Republicano ou mais recentemente. O que conta é a indefinição legal da posse onde moram, afrontam a instituição da propriedade com proprietários privados como a Igreja, proprietários absentistas e especuladores imobiliários, e outros agentes de poder como o Estado, com suas políticas de planejamento, infra-estrutura, patrimônio e conservação ambiental.

Nestes casos é o conflito fundiário o que conduz as pessoas a se auto-identificarem também como vítimas de uma mesma ameaça. Pode-se afirmar que os conflitos entre os agentes de poder e grupos afetados são uma característica “re-fundadora” da etnicidade que organiza o grupo para defender o espaço que habita. Não quer dizer que previamente não houvesse rasgos culturais comuns, ou uma origem étnico-racial. Por traz da ação homogeneizante que vem de fora, vêem uma mobilização de traços culturais.

Parece oportuno resgatar aqui o desenvolvimento de Weber (1983) a respeito das comunidades étnicas segundo o qual estas não são condicionadas pelas origens, nem pelos costumes, procedentes de distintas fontes e dos contatos com os outros grupos. Em troca, as comunidades étnicas seriam constituídas por um destino político comum. Assim a consciência étnica tem antes de tudo uma raiz de conteúdo político, o quer dizer que em caso de ameaça ou de enfrentamento nasce entre os membros um sentimento de solidariedade que os movimenta em busca da afirmação das qualidades que justificam a sua existência.

Haveria uma atuação política coletiva baseada na crença subjetiva do parentesco e o pertencimento a um mesmo povo. O enaltecimento potencial da vontade política não é a única realidade, mas sim a definitiva. O grupo étnico pode perdurar trás ter sido portador num momento passado de uma ação política coletiva. A etnicidade seria, nessa ótica, uma nova cultura política. Isso não significa que todas as etnicidades assumam conotações políticas relevantes ou que todos os símbolos identificados como característicos de um grupo podem ser utilizados na etnicidade. Constituem-se sujeitos que se organizam para desenvolver determinada ação em defesa dos seus interesses.

Sem que seja em *stritu senso*, uma diferença entre os migrantes se apresenta a partir do conflito no lugar no qual o grupo passa por um processo de mobilização, organização e ativação do seu passado e ancestralidade. A reelaboração de símbolos é parte das estratégias de resistência. Trata-se de ajustes que não podem ser interpretados como meras manipulações. Mais do que uma volta ao passado, o uso de símbolos, quando se dá, é uma forma de melhor participar no presente para se modernizar sem perder a própria especificidade. Se sob o paradigma da Escola de Chicago a etnicidade dos migrantes era interpretada pela resistência, adaptação e assimilação, nestes casos a etnicidade passa pela reinterpretação, a negociação e a politização. Quando o território é o recurso ideológico mobilizado, pode se afirmar que as dinâmicas de etnização passam pelo processo de territorialização. O território é o objetivo procura ser atingido por esses grupos mobilizados, é condição da sua existência, e a partir dele criam relações sociais para tratar os seus interesses.

O espaço como produto social complexo condiciona as praticas daqueles os produzem, as dimensão espacial é imanente á dinâmica dos ativismos e movimentos sociais, não é o palco onde os fatos acontecem, senão o motivo da sua existência, onde aparecem problemas como luta por moradia e infra-estrutura urbana, regularização fundiária, desestigmatização de espaços segregados.

Exemplos desta categoria são os *resguardos* urbanos de Bogotá na Colômbia, os quilombos urbanos em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Olinda no Brasil, as reservas mapuche em Santiago do Chile e os bairros indígenas em La Paz na Bolívia. Além do elemento político e organizativo, esses casos permitem pensar na etnia a partir do elemento espacial, o que não tinha sido considerado pelos teóricos da etnicidade.

Para compreender o papel do espaço na identidade é importante considerar que a relação etnia – território não se assume como dada, nem como ponto de partida; pelo contrário, trata-se de des-naturalizar a equação etnia/ cultura/ espaço, para aprender o espaço como processo na construção identitária. É aí que a estrutura do sentimento de pertença contribui na transformação do

espaço em lugar (Gupta e Ferguson, 2000; Retaille, 1995) e a territorialização aparece como resultado das lutas políticas.

Falar do espaço como processo funciona como um questionamento do isomorfismo entre espaço, cultura e lugar. Uma perniciosa ficção naturalizou a cultura como lugar, e assumiu falsamente que a cada cultura corresponde um território, uma língua e uma sociedade. Essa equação se aplica tanto na escala do grupo étnico, como na nação, e é preciso reconhecer que em ambos os casos há procedimentos para a construção de lugar e a criação premeditada de laços “naturalizados” entre povo e lugar com fines políticos. Por isso nem toda identidade sócio-espacial deve ser exaltada como boa, já que a mesma fórmula é usada para excluir e segregar, como acontece com as medidas anti - migratórias no primeiro mundo (Massey, 2005). Não há culturas que como entidades finitas possam ser identificadas como pontos fixos no mapa. Erros comuns desse tipo levam à falácia de intercambiar sociedade por cultura e a se referir, por exemplo, á cultura americana para falar da sociedade americana, e da França como o lugar onde só vivem franceses.

A espacialidade é uma dimensão crucial na legitimidade dessas alteridades sociais porque nela se baseiam as suas demandas. O território, vindo do desejo de delimitar e demarcar o espaço representa a tensão das relações de poder, e aparece como um elemento constituinte dessas formas de identidade social que se definem com referencia ao espaço habitado. Espaço que ganha um forte sentido de lugar pelo valor simbólico, o sentimento e os significados construídos não compatíveis com a lógica do mercado. O espaço é crucial na maneira como as pessoas desses grupos se organizam, e na forma como o representam.

Nos casos em que os grupos se confrontam com processos de especulação imobiliária, a etnicidade aparece como desafiadora das leis do mercado, fundando novas territorialidades que comportam retenção de práticas sócio-espaciais, reelaborarão de símbolos e resistência às ofertas imobiliárias ou ás pressões de força. A luta desses grupos também é a recusa ao lugar que os segmentos sócio-espaciais melhor situados tentam lhe impor, na medida em que



emerge uma verdadeira disputa simbólica e material sobre os mesmos lugares. Estas ações estariam justificadas pela defesa do território, o sentimento de pertença ao lugar e o próprio direito à moradia.

As figuras territoriais como quilombos, ou *resguardos*, também representam, do ponto de vista jurídico atual de várias constituições nacionais uma categoria precisa e não seriam a única expressão sócio-espacial das relações étnico-raciais na cidade, haveria mais formas espaciais das quais dar conta, mas o interesse reside na repercussão político-administrativa que obriga à cidade revisar os seus programas e discursos.

Por outro lado, o modelo de identidade etnicizada e um território (como recurso e lugar de residência) pensado para áreas rurais não deixam de gerar certos dilemas, já que ao mesmo tempo encarnam processos de inclusão e exclusão em termos de direitos a sujeitos que em circunstâncias parecidas não assumem o discurso étnico. Em termos de escala, não se trata necessariamente de processos dinâmicos e relacionais. De fato a lógica entre identidade e espaço pode não ser tão simétrica, senão contraditória, não havendo sempre correspondência entre elas (Hoffmann et al., 2007). Em todo caso, esses processos se articulam em escala com outros movimentos sociais, lutas contra o racismo e discriminação e acesso à cidadania; também recolhem a memória de espaços anteriores de exclusão e discriminação como cortiços, invasões e favelas. De outra parte, esses espaços são com frequência o lugar das práticas culturais que dão caráter distintivo à cidade, como festivais, terreiros de candomblé, rodas de samba, práticas gastronômicas, espaços de medicina tradicional, e lugares tombados como patrimônio material e imaterial.

Esses casos obrigam-nos a repensar os marcos teóricos para entender que a etnicidade tem um impacto na estruturação da cidade latino-americana, fenômeno que para nada é recente. Mas para isso requerem-se pesquisas dirigidas ao urbano, sem cair na armadilha do exotismo, além da contemplação da cultura e da etnicidade como estratégias desenvolvidas por grupos subordinados para contestar a hegemonia daqueles que detêm o poder, tal como já foi iniciado

pelo Centro de Estudos Culturais Birmingham coordenado por Stuart Hall. A análise da diversidade cultural não é um fim em si mesmo, e sim um meio pelo qual as diferenças passam a ter significados políticos.

O estudo da etnicidade na cidade põe em evidência a diversidade de práticas sociais e espaciais e dá conta da capacidade de inovação e ação dos grupos sociais. Quilombos e resguardos são de interesse para geografia não só por ressaltar uma construção simbólica da ação humana de grupos subalternos. Também permitem a análise de novíssimas e inéditas formas de organização espacial na paisagem urbana, que de acordo com Peter Jacson (1980 apud (Cosgrove, 2003) contestam as paisagens alienadas do capitalismo a partir do reconhecimento de novas paisagens que reelaboram ou alteram o código da sociedade burguesa e propõem o desenvolvimento de outros vínculos entre sociedade e espaço. Assim essas formas espaciais representam uma contestação da ordem sócio-espacial hegemônica, e visam transformações mais profundas na sociedade. Apesar do seu tinte local, as reivindicações de estes grupos se articulam com escalas de ação urbana, regional, nacional e internacional.

Superado o momento em que a geografia privilegiou as estruturas urbanas, vê-se como as práticas culturais também re-inventam a cidade. Não se trata de minimizar os processos estruturais, senão de entender como práticas culturais e processos estruturais estão em permanente interação.

Quilombos, resguardos, reservas indígenas nas cidades pertencem ao âmbito das paisagens vernaculares que de acordo com Jacson (1986) e Zukin (2000) desafiam os atributos do senso comum do mundo capitalista culturalmente construído, se opõem às paisagens políticas dos que detém o poder e buscam uma humanização do espaço urbano oferecendo outras representações simbólicas das relações sócio-espaciais do poder.

## **VI. Bibliografia**

AGIER, Michel

2001 “Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização” em *Mana Estudos de Antropologia Social* Vol 7 No 2 outubro Rios de Janeiro: Museu Nacional

COHEN, Abner (org)

1974 “Introduction: The Lesson of Ethnicity” em *Urban Ethnicity*. London: Tavistock Publications Introduction

BARTH, Frederick

1995 “Etnicidade e o Conceito de Cultura” em *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense* Niterói: Ed UFF

2000(1969) “Os grupos étnicos e suas fronteiras” em Tom Lask (organizador) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa

2000 “A análise da cultura nas sociedades complexas” em Tom Lask (organizador) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa

COSGROVE, Denis

2003 (1983) “Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria” em Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl *Introdução à Geografia Cultural* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

COSGROVE, Denis; JACSON Peter

2003 (1987) “Novos Rumos da Geografia Cultural” em Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl *Introdução à Geografia Cultural* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CORRÊA, Roberto

2003 “A Geografia Cultural e o urbano” em Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl *Introdução à Geografia Cultural* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

DUNCAN, James

2003 (1980) “O Supra-Orgânico na Geografia Cultural Americana” em Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl *Introdução à Geografia Cultural* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

ERIKSEN, Thomas

1991 “The cultural contexts of ethnic differences” in *Man* Vol 26 No1

1993 "The epistemological status of the concept of ethnicity" in *Antropological Notebooks* Slovenia

GEERTZ, Clifford

1973 *The interpretation of Cultures* New York: Basic Books

GISSI, Nicolás.

2004 "Segregación Espacial Mapuche en la Ciudad: ¿Negación o revitalización identitaria?" em Revista de Urbanismo [HYPERLINK "http://revistaurbanismo.uchile.cl/index.html"](http://revistaurbanismo.uchile.cl/index.html) \t "\_top" N° 9 Universidad de Chile Facultad de Arquitectura y Urbanismo

GLAZER, Nathan

1975 "Etnia, um fenômeno mundial" em *Encounter*

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James

2000 (1992) "Mais Além da "Cultura": Espaço, Identidade e Política da Diferença" em Antonio A. Arantes (organizador) *O Espaço da Diferença* São Paulo: Papirus Editora

GUSS, David

2006 "The Gran Poder and the Reconquest of La Paz" *Journal of Latin American Anthropology*, Vol. 11, No.2, pp. 259-266.

HOFFMANN, Odile; BARABARY, Olivier; CUNIN, Elizabeth

2007 "Ciudad y Etnicidad: Configuraciones de la etnicidad negra en la ciudad" en "Ciudades y sociedades en mutación: lecturas cruzadas sobre Colombia" em Françoise Dureau Vincent Gouëset, Thierry Lullee Olivier Barbary (coord) *Ciudades y Sociedade en Mutación Lecturas cruzadas sobre Colômbia* Lima Bogotá: Institut français d'études andines. IFEA - Universidad Externado de Colombia - Institut de recherche pour le développement. IRD

KEMPEM van Ronald; SULE Özüekren,

1998 "Ethnic Segregation in Cities: New Forms and Explanations in a Dynamic World" in *Urban Studies* Vol 35 No 10 pp. 1631-1656

MASSEY, Doreen

2005 *Pelo Espaço. Uma Nova Política da Espacialidad*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MARCUSE, Peter

2005 "Enclaves yes, Guettos no. Segregation and State" em David P. Varady *Desegregating the City: Ghettos, Enclaves, and Inequality* SUNY Press

MCSEUUNY Kendra; JOKISCH Brad,

2007 "Beyond Rainforest": Urbanization and Emigration Among Lowland Indigenous Societies in Latin America. *Bulletim of Latin American Research* Vol 26 No 2 pp 159-180

MOLINA, Hernán

2007 "Nuevos Escenários de vida indígena urbana: el caso Bogotá". em *Etnias e Política* Revista del Observatório étnico vol 1 abril Bogotá: CECOIN

MUÑOZ, Jairo

1994 "Indígenas en la Ciudad. El caso de los Ingas en Bogotá". Em Julián Arturo (organizador) *Pobladores Urbanos. Em busca de Identidad*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, ICAN-Colcultura

RETAILLE, Denis

1995 "Ethnogeographie: Naturalization des Formes Socio-spatiales" em Paul Claval e Singaravelou (organizadores) *Ethnogéographies* Paris: L'Harmattan

ROLNIK, Raquel

1989 "Territórios Negros nas Cidades Brasileiras. Etnicidade e Cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro" *Estudos Afro-Asiáticos* No 17

WAGNER, Philip e MIKESELL Marvin

2003 (1962) "Os temas da Geografia Cultural" em Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl *Introdução à Geografia Cultural* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

WEBER, Max.

1983 "Comunidades Étnicas" em: *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica

WIRTH, Louis

1928 *The Ghetto Chicago*:University of Chicago Press

ZAMBRANO, Fabio

1994 "La ciudad colombiana. Una mirada de larga duración" em Julián Arturo (compilador) *Pobladores Urbanos. Tomo 1 Ciudades y Espacios* Bogotá: Tercer Mundo Editores, ICAN. COLCULTURA

